



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
COORDENAÇÃO DE SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**LAUREANE MOREIRA JUSTINO**

**ENSINO SUPERIOR E PESSOA COM DEFICIÊNCIA: ANALISANDO A VIVÊNCIA  
ACADÊMICA DE ESTUDANTES CEGOS NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA  
PARAÍBA - UEPB**

**CAMPINA GRANDE  
2011**

**LAUREANE MOREIRA JUSTINO**

**ENSINO SUPERIOR E PESSOA COM DEFICIÊNCIA: ANALISANDO A VIVÊNCIA  
ACADÊMICA DE ESTUDANTES CEGOS NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA  
PARAÍBA - UEPB**

**Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Departamento de Serviço  
Social da Universidade Estadual da  
Paraíba, em cumprimento à exigência para  
obtenção do grau de Bacharela em Serviço  
Social.**

**Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Ma. Adenize Queiroz de Farias**

**CAMPINA GRANDE  
2011**

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Setorial de Serviço Social Luiza Erundina– UEPB

J96e

Justino, Laureane Moreira.

Ensino superior e pessoa com deficiência [manuscrito] : analisando a vivência acadêmica de estudantes cegos na Universidade Estadual da Paraíba - UEPB / Laureane Moreira Justino. – 2011.

28 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2011.

“Orientação: Profa. Ma. Adenize Queiroz de Farias, Departamento de Pedagogia”.

1. Inclusão Social. 2. Pessoas com Deficiência. 3. Ensino Superior.  
4. Serviço Social. I. Título.

21. ed. CDD 371.9

**LAUREANE MOREIRA JUSTINO**

**ENSINO SUPERIOR E PESSOA COM DEFICIÊNCIA: ANALISANDO A VIVÊNCIA  
ACADÊMICA DE ESTUDANTES CEGOS NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA  
PARAÍBA - UEPB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Departamento de Serviço Social da  
Universidade Estadual da Paraíba, em  
cumprimento à exigência para obtenção do  
grau de Bacharela em Serviço Social.

Aprovada em: 07 / 12 / 2011

**BANCA EXAMINADORA**

A D E N I Z E D E F A R I A S

**Prof<sup>a</sup> Ms. Adenize Queiroz de Farias - UEPB**  
Orientadora

Cleônia Maria Mendes de Sousa

**Prof<sup>a</sup> Ms. Cleônia Maria Mendes de Sousa - UEPB**  
Examinadora

Teresa Cristina Vasconcelos

**Prof<sup>a</sup> Ms. Teresa Cristina Vasconcelos - UEPB**  
Examinadora

## SUMÁRIO

<b>RESUMO .....</b>	<b>4</b>
<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>2 A LUTA PELA INCLUSÃO SOCIAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: BREVE PERSPECTIVA HISTÓRICA .....</b>	<b>6</b>
2.1 ESTUDOS RECENTES SOBRE A EDUCAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL: DA INSTITUCIONALIZAÇÃO AOS DIAS ATUAIS .....	9
2.2 ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O SÉCULO XXI .....	11
2.3 A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR .....	13
2.4 PROGRAMA DE TUTORIA ESPECIAL DA UEPB.....	15
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>17</b>
3.1 DADOS EM ANÁLISE.....	18
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>24</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>25</b>

## **ENSINO SUPERIOR E PESSOA COM DEFICIÊNCIA: ANALISANDO A VIVÊNCIA ACADÊMICA DE ESTUDANTES CEGOS NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB**

**Laureane Moreira Justino**

### **RESUMO**

A legislação brasileira assegura que a educação é direito de todos, tendo como uma de suas principais finalidades evitar a exclusão social das minorias, dentre as quais, destaca-se o grupo constituído pelas pessoas com deficiência. O grande desafio para os que compõem este seguimento é a implementação de medidas visando à adequação das instituições escolares, que deverão rever suas condições físicas e humanas a fim de garantir a inserção destas pessoas, desde a educação básica até o ensino superior. Nesta perspectiva, o objetivo do presente estudo é analisar a vivência acadêmica de estudantes cegos matriculados na Universidade Estadual da Paraíba, o que faremos à luz do referencial teórico que trata da educação inclusiva, somado ao aporte metodológico oferecido pelas abordagens qualitativas. Os dados da pesquisa foram coletados por meio de entrevistas semi-estruturadas junto a uma amostra composta por quatro 4 estudantes, num universo de 10 alunos cegos matriculados em diversos cursos de graduação do Câmpus I da referida instituição. Iniciamos o artigo apresentando uma perspectiva histórica acerca da educação das pessoas com deficiência, destacando aspectos específicos da educação das pessoas com deficiência visual, público alvo deste estudo. Posteriormente, caracterizamos o ensino superior brasileiro, enfatizando os desafios e perspectivas a serem enfrentados no século XXI, com especial atenção à garantia de uma educação superior de qualidade para as pessoas com deficiência. A seguir, detalhamos o percurso metodológico, definindo os instrumentos de coleta e análise dos dados, o que fazemos à luz de estudiosos da área da educação inclusiva. Por fim, fazemos algumas considerações acerca da necessidade da eliminação de barreiras a fim de que se possa construir uma educação de qualidade para todos.

**Palavras-Chave:** Inclusão. Ensino Superior. Pessoas com Deficiência

### **ABSTRACT**

Brazilian legislation ensures that education is everyone's right, having as one of its main purposes is to avoid social exclusion of minorities, among which stands out the group consisting of people with disabilities. The great challenge for those who make up this segment is the implementation of measures to the adequacy of educational institutions, which shall review their physical and human conditions in order to ensure the inclusion of these people, from basic education to higher education. In this perspective, the objective of this study is to analyze the experience of academic blind students enrolled at the State University of Paraiba, what do we light the theoretical framework that is inclusive education, coupled with the methodological contributions offered by qualitative approaches. The survey data were collected through semi-structured interviews with a sample composed of four four students, out of 10 blind students enrolled in various undergraduate campus I of the institution. We started the paper presenting a historical perspective on the education of persons with disabilities, highlighting specific aspects of education for people with visual impairment, target of this study. Subsequently, we characterize the Brazilian higher education, emphasizing the challenges and perspectives to be faced in the twenty-first century, with special attention on ensuring a quality higher education for people with disabilities. The following details the methodological course, defining the data collection instruments and data analysis, which will make the light of scholars in the field of inclusive education. Finally, we will make some considerations about the necessity of removing barriers so that you can build a quality education for all.

**Keywords:** Inclusion. Higher Education. People with Disabilities.

## 1 INTRODUÇÃO

A falta de conhecimento sobre o potencial das pessoas com deficiência perpetuou-se por um longo período na história da humanidade, resultando em sentimentos e atitudes de rejeição, ignorância e intolerância para com estas pessoas. Ao serem concebidas como doentes, tais pessoas eram excluídas do convívio social, sendo encaminhadas para as instituições especiais, as quais lhes ofereciam assistência educacional e social. Todavia, novos programas educacionais, novos decretos e novas leis regulamentam a oferta de educação para todos, inclusive para as pessoas com deficiência, nos sistemas regulares de ensino, desde a educação básica até o ensino superior.

Nesse cenário, nossa pesquisa teve como objetivo analisar a participação da pessoa com deficiência no ensino superior, refletindo a vivência acadêmica de estudantes cegos matriculados na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), no *Câmpus* I. Para tanto, como suporte metodológico, recorreremos às abordagens qualitativas por acreditarmos que estas são compatíveis com nosso objeto de estudo. Os sujeitos da presente pesquisa foram alunos cegos matriculados nos cursos de Pedagogia, História, Filosofia e Comunicação Social, da UEPB, *Câmpus* Campina Grande, e como instrumentos para a coleta de dados utilizamos entrevista semi-estruturada. Os depoimentos encontram-se registrados em gravações devidamente autorizadas pelos entrevistados.

Iniciamos o artigo apresentando uma perspectiva histórica acerca da educação das pessoas com deficiência, destacando aspectos específicos da educação das pessoas com deficiência visual, público alvo deste estudo. Posteriormente, caracterizamos o ensino superior brasileiro, enfatizando os desafios e perspectivas a serem enfrentados no século XXI, com especial atenção à garantia de uma educação superior de qualidade para as pessoas com deficiência. A seguir, detalhamos o percurso metodológico, definindo os instrumentos de coleta e análise dos dados, o que fazemos a luz de estudiosos da área da educação inclusiva. Por fim, fazemos algumas considerações acerca da necessidade da eliminação de barreiras a fim de que se possa construir uma educação de qualidade para todos.

A motivação para a realização da presente pesquisa emergiu do fato de que, por ser aluna com deficiência visual, matriculada na UEPB, deparei-me com extremas dificuldades que se constituíram como obstáculos à permanência no curso. Esta pesquisa será relevante na medida em que, ao desvelar as dificuldades enfrentadas pelos alunos com deficiência visual nesta Universidade, poderá contribuir com a adoção de outros instrumentos que venham

auxiliar estes alunos, os quais, por meio deste estudo, poderão tomar conhecimento de seus direitos educacionais, assegurados por lei, e, dessa forma, cobrar dos órgãos responsáveis que suas necessidades sejam supridas. O referido estudo será de suma importância para a Universidade, visto que essa temática, apesar de atual, ainda é pouco discutida. Dessa forma, além de promover reflexões acerca da educação inclusiva, dos resultados da pesquisa poderão nascer práticas inovadoras visando à permanência destas pessoas na Universidade.

## **2 A LUTA PELA INCLUSÃO SOCIAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: BREVE PERSPECTIVA HISTÓRICA**

Os seres humanos possuem características comuns em relação aos aspectos e à capacidade de se comunicar, pensar e interagir com o meio físico e intelectual, diferenciando-se dos animais irracionais. Além dessas diferenças, sabemos que o homem encontra-se imerso num contexto histórico, o qual está em constante relação com os fatores sociais, econômicos, políticos e culturais que o envolvem.

Nessa ótica, cada um é diferente do outro. Ser diferente e único é, portanto, uma característica inerente ao ser humano. Respeitar as diferenças de cada pessoa, seja ela com deficiência ou não, é essencial para que se possa ajudá-la a desenvolver-se plenamente. Todavia, os estudos relacionados à diversidade humana constituem fato recente em nossa história, o que se verifica também em relação às discussões acerca das pessoas com deficiência, cujos conceitos trazem consigo o pensar de cada sociedade, em cada época no que diz respeito às suas concepções sobre a deficiência. Corroborando esta afirmação, Sasaki (2003, p. 1) enfatiza que “a cada época são utilizados termos cujo significado seja compatível com os valores vigentes em cada sociedade, enquanto esta evolui em seu relacionamento com as pessoas que possuem este ou aquele tipo de deficiência”. Desta forma, inválidos (no começo da história), incapacitados (de 1920 a 1960), defeituosos e excepcionais (de 1960 a 1980), pessoas deficientes (de 1981 a 1987) foram algumas dentre outras terminologias atribuídas às pessoas com deficiência ao longo da história.

Os registros antigos denunciam a exclusão das pessoas com deficiência, uma vez que, por serem amaldiçoadas pelos deuses, estas eram sacrificadas, jogadas de altos montes e/ou afogadas em rios. Assim “os ditos deficientes eram associados à imagem do diabo e aos atos de feitiçaria, eram então perseguidos e mortos, pois faziam parte de uma mesma categoria: a



dos excluídos. Então deviam se afastar do convívio social, ou até mesmo, sacrificados” (CARDOSO, 2003, p. 16).

Apesar de remotas, tais concepções são disseminadas de tal forma que, ainda em nossos dias, refletem o pensamento que se tem em torno do conceito de deficiência, do qual resulta o afastamento destas pessoas dos ambientes regulares da sociedade.

Um novo paradigma se configura entre o século XVI e o século XIX, quando perpetua-se um processo de institucionalização das pessoas com deficiência. Estas eram retiradas de suas comunidades de origem e mantidas em instituições de caridade ou instituições residenciais, ou ainda, segregadas em asilos, conventos e albergues.

Na verdade, neste novo modelo, as instituições especializadas tiram as pessoas com deficiência do convívio social e a ciência moderna lhe oferece os recursos necessários para que sejam consertadas e posteriormente (não se sabe quando) voltem à sociedade (SILVA, 2011, p. 189).

Dissemina-se aqui, o modelo médico, o qual vê a deficiência como um problema do indivíduo e, por isso, o próprio indivíduo teria que se adaptar à sociedade ou ele teria que ser mudado por profissionais através da reabilitação ou normalização.

Este panorama modificou-se a partir do início do século XX, quando as pessoas com deficiência, somadas a uma série de outros grupos considerados minoritários, passaram a ser vistas como cidadãos titulares de direitos e deveres, sendo reconhecidas pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (Nações Unidas: 1948). Contudo, os apelos desta declaração foram insuficientes para garantir os direitos básicos às pessoas com deficiência, uma vez que o atendimento que lhes era oferecido se mantinha na perspectiva caritativa e assistencial.

Na década de 1960 é reforçado o princípio da adequação dos ditos deficientes à sociedade. É nessa perspectiva que surge o termo educação especial, o qual é regulamentado pela LDB, 4024 em 1961, sendo reafirmado na LDB 5692, de 1971. É a partir desta lei que, pela primeira vez, se admite a integração das pessoas com deficiência nas escolas regulares. Contudo, este atendimento ocorria tão somente nas chamadas classes especiais, criadas no propósito de receber este público. Em 1978 foi proposta uma emenda à Constituição Brasileira integrada ao Projeto Escola Viva, a qual defendia a melhoria da condição social e econômica das pessoas com deficiência através da educação especial, inclusiva e gratuita.

Em meio a essas transformações percebe-se que a educação especial se consolida por meio de leis e declarações, constituindo o embrião do projeto, atualmente denominado educação inclusiva, que Sassaki, em entrevista, define como “um conjunto de princípios e

procedimentos implementados pelos sistemas de ensino para adequar a realidade das escolas a realidade do alunado, que por sua vez deve representar toda a diversidade humana” (SOARES, 2003, p. 1). Nessa ótica, nenhum aluno poderá ser rejeitado pelas escolas regulares, as quais serão denominadas inclusivas, na medida em que se comprometam com a eliminação das barreiras que se constituem como obstáculos à aprendizagem das pessoas com deficiência, investindo em seu potencial e procurando descobrir caminhos que possibilitem uma aprendizagem de qualidade a estas pessoas.

Este princípio se caracteriza como uma garantia legal, sendo mencionado nos mais significativos documentos nacionais, a exemplo da Constituição Brasileira de 1988, a qual, no artigo 208, legitima a punição a qualquer tratamento discriminatório em razão da deficiência, garantindo a estas pessoas respeito à sua individualidade e acesso pleno à educação, por meio do atendimento educacional especializado, ofertado preferencialmente na rede regular de ensino. Esse atendimento é normatizado pela Lei Federal nº. 7.853/89, que, por sua vez, considera crime punível de 1 a 4 anos para os dirigentes dos estabelecimentos públicos ou privados que optarem por suspender as matrículas de alunos com deficiência (BRASIL, 1989).

A década de 1990 é marcada por consideráveis avanços no que diz respeito à educação inclusiva. Nesse sentido, novas discussões são desencadeadas em todo o mundo. Discussões estas ancoradas na Conferência Mundial de Educação para Todos, ocorrida em Jomtien (Tailândia, em 1990) e na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais (Salamanca, em 1994). O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 2003) e a Lei nº. 9.394/96 (BRASIL, 1996) ratificam a importância desta temática para a nação brasileira, uma vez que, apesar de não tratarem especificamente de questões relacionadas às pessoas com deficiência, estes documentos dedicam alguns de seus artigos a este público, a exemplo do disposto no Art. 54, inciso III do ECA e o Capítulo V, Artigos 58, 59 e 60 da LDB, assegurando-lhes os direitos já garantidos pela Constituição Federal.

No século XXI consolida-se a proposta da educação inclusiva e, apesar dos persistentes obstáculos que reduzem a participação das pessoas com deficiência, estas conquistam uma visibilidade cada vez maior, uma vez que já é possível perceber sua presença em espaços públicos, tais como a escola e até mesmo o ensino superior. Tal visibilidade é fortalecida pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006) e pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). Estes documentos rompem com o olhar clínico sobre a deficiência, passando a enxergá-la a partir de uma visão social, a qual implica na remoção das barreiras que impedem

a inclusão educacional e social das pessoas com deficiência. Segundo Casimiro (2011, p. 1) “a principal característica da inclusão é propor uma sociedade para todos, uma escola para todos, de forma incondicional. É para todos mesmo!”. Isto é, se alguém ficar de fora não se trata mais de inclusão.

A inclusão, portanto, pressupõe uma ruptura com os paradigmas até então existentes em torno das pessoas com deficiência, visando a novas formas de inserção no lazer, na escola, no trabalho e na sociedade. Trata-se, enfim, de garantir a estas pessoas o exercício de seu protagonismo, retirando-as da condição de anonimato que ainda hoje as rotula como incapazes e dependentes dos demais.

Este suposto rótulo de incapacidade resulta na exclusão das pessoas com deficiência dos espaços regulares da sociedade. A elas foram historicamente negadas a liberdade e a dignidade de pessoas cidadãs, sendo violados seus direitos humanos mais básicos, entre os quais destacamos o direito do acesso ao ensino superior, sobre o que discutiremos posteriormente. Antes, porém, apresentaremos aspectos específicos relacionados à educação das pessoas com deficiência visual, público alvo do presente estudo.

## 2.1 ESTUDOS RECENTES SOBRE A EDUCAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL: DA INSTITUCIONALIZAÇÃO AOS DIAS ATUAIS

A partir do século XVIII e início do século XIX, na Europa surgiram os primeiros Atendimentos Educacionais direcionados às pessoas com deficiência, os quais logo depois se estenderam para os Estados Unidos, Canadá e Brasil. De acordo com Mazzotta (1996), várias expressões foram utilizadas ao atendimento educacional dos portadores de deficiência, como, pedagogia dos anormais, pedagogia curativa, pedagogia da assistência social, dentre outros. Assim, registra-se que tal atendimento era vinculado ao abrigo, assistência ou terapia.

Em 1784, foi fundado o Instituto Nacional dos Jovens Cegos, em Paris, por Valetin Hauy, o qual utilizava como recurso pedagógico letras em relevo para o ensino de cegos. Anos mais tarde, em 1819, Charles Barbier esteve nesse instituto oferecendo aos professores um código de escrita expresso por pontos salientes, o qual era utilizado por oficiais do exército em ações realizadas à noite. Tempos depois, chegou no referido instituto um jovem francês, Louis Braille, o qual perdeu a visão aos 3 (três) anos de idade, após ser ferido com instrumentos cortantes na oficina de seu pai. Jovem dotado de grande potencial voltado à

educação, adaptou o código criado por Charles Barbier, resultando assim no universalizado e mais eficaz sistema de leitura e escrita que recebeu o seu nome. De acordo com Mazzotta (1996), o Braille ainda se configura como o meio mais eficiente e útil para as necessidades das pessoas cegas. O sistema Braille consiste em pontos salientes na célula Braille, permitindo 63 combinações ao utilizar 6 pontos em relevo dispostos em duas colunas. Nessa perspectiva, o Braille pode ser usado nos mais diversos textos literários, nos mais diversos idiomas, na matemática, na química, na musicografia e, mais recentemente, na informática.

O advento deste sistema impulsionou o início da educação especial no Brasil que, de acordo com Bueno (2002) e Mendes (2001 apud DOTA; ALVES, 2007), teve como marco a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, e do Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, na cidade do Rio de Janeiro. Contudo, sua expansão se deu de forma lenta, no decorrer do tempo, através da criação de institutos semelhantes a asilos e/ou manicômios, os quais mantinham um caráter assistencialista e cumpriam apenas a função de auxílio aos desvalidos, isolando-os do convívio social. Tal fato ocorreu devido aos poucos investimentos, como também ao descaso político para com estas pessoas, tarefa assumida, por exemplo, pela igreja, responsável pela criação de Santas Casas de Misericórdia, hospitais e institutos de cegos por todo o território brasileiro.

No século XX merece destaque a criação da Fundação para o Livro do Cego no Brasil, instituída em 1946, e que, anos depois, passou a denominar-se Fundação Dorina Nowill para Cegos (FARIAS, 2011). Esta substituição se deu como forma de homenagear e reconhecer o empenho de uma mulher que, tendo perdido a visão aos 17 (dezessete) anos, lutou incansavelmente para que obras em Braille chegassem a todos os recantos deste imenso Brasil, fortalecendo, desta forma, a inclusão e a cidadania das pessoas cegas.

A produção de textos em Braille se faz a partir de instrumentos simples como reglete e pulsão (os quais equivalem ao lápis e ao caderno utilizados na escola por crianças videntes) e também de equipamentos mais modernos tais como máquina de datilografia e impressora Braille. Com o avanço tecnológico, surgiram outros instrumentos para auxiliar as pessoas com deficiência visual no sistema educacional, dentre os quais destacamos o sorobã, (utilizado na aprendizagem dos cálculos matemáticos), bem como o livro falado e a informática que, por sua vez, já faz parte da vida de um considerável número de pessoas cegas, proporcionando-lhes autonomia na realização de atividades escolares, no mercado de trabalho e no acesso a informações que até então não eram disponibilizadas a este segmento. Cabe destacar que o acesso à informática, por parte das pessoas cegas, se dá por meio de programas de leitores de tela e/ou sintetizadores de voz, como o sistema *dosvox*, *virtual vision* e *jaws*.

Somado ao sistema Braille, este aparato tecnológico abriu novas perspectivas a estas pessoas, permitindo-lhes galgar degraus mais altos, entre os quais o ensino superior, sobre o que discutiremos a seguir.

## 2.2 ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O SÉCULO XXI

De acordo com o Artigo 52 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), lei nº 9.394/1996, o ensino superior tem a finalidade de formar os quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, caracterizando-se por uma produção intelectual que contemple os temas emergentes na sociedade.

Contudo, ao invés de cumprir tal finalidade, constata-se que o ensino superior, no Brasil, vem servindo para a manutenção de estruturas governamentais, o que ocorre desde 1808, com a chegada da família real portuguesa. A partir desta época, o ensino superior passa a funcionar em instituições formais, oferecendo inicialmente cursos voltados à elite brasileira, os quais eram financiados por impostos cobrados sobre os produtos importados dos reinos e das colônias. A expansão dos cursos se deu de forma lenta, visto que o modelo econômico agro-exportador não necessitava de profissionais com formação superior.

Com a independência do país, as discussões em torno do sistema educacional, sobretudo do ensino superior, ganham força, porém, ao se caracterizar como uma educação voltada para a elite, continua não atendendo às reais necessidades da população.

Após a Revolução Industrial e com a expansão da urbanização emerge no governo de Vargas uma ação planejada, objetivando a organização nacional da educação. Nessa perspectiva são criados o Ministério da Educação e Saúde, o Conselho Federal de Educação e o Ensino Secundário e Comercial.

Ainda neste período ocorre a promulgação do Decreto nº 19.851/1931, o qual “dispõe que, o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados” (BRASIL, 1931). Posteriormente, o Art. 67 da Lei 4.024/61 afirma que “o ensino superior será ministrado em estabelecimentos, agrupados ou não em universidades com a cooperação de institutos de pesquisa e centro de treinamento profissional.”(BRASIL, 1961).

Com o golpe militar de 1964, a bandeira universitária defendida pelo movimento estudantil foi incorporada de forma inversa, visto que tal regime veio ampliar a tendência do controle privado do ensino público, bem como a omissão das responsabilidades do Estado no tocante à educação.

Nesse cenário, a educação sofre diversas transformações através da Lei nº 5.540/68 (Lei da Reforma Universitária), entre as quais destacamos a unificação do vestibular que passa a ser classificatório e também a criação do sistema de créditos, que permite a matrícula por disciplinas.

O resultado dessas transformações repercutiu nos anos 1980 e 1990, como ilustra Franco (2008), época em que, de acordo com os dados estatísticos do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) sobre a educação superior no Brasil, verifica-se um crescimento maciço das dependências privadas no oferecimento de cursos por todo o país, como podemos observar no quadro a seguir:

Quadro 1 – Número de instituições de educação superior, por organização acadêmica e categoria

Unidade da Federação/ Categoria Administrativa			Instituições					
			Total geral	Universidades	Centros Universitários	Faculdades Integradas	Faculdades, Escolas e Instituições	CET/FaT
			Total	Total	Total	Total	Total	Total
Brasil			2.270	178	119	116	1.649	208
		Total	248	92	4	4	82	66
	Pública	Federal	105	53	-	-	5	47
		Estadual	83	34	-	-	30	19
		Municipal	60	5	4	4	47	-
	Privada	Total	2.022	86	115	112	1.567	142
		Particular	1.583	24	63	92	1.268	136
		Comunitária Confessional Filantrópica	439	62	52	20	299	6

Fonte: Franco (2008)

Podemos notar que houve um processo de privatização sem precedentes do ensino superior, caracterizando a educação como um grande negócio e, assim, desresponsabilizando o Estado de suas obrigações, o qual vem transferindo verbas públicas para a iniciativa privada, passando a agir em consonância com os princípios do modelo neoliberal.

Tal perspectiva, reforçada pela nova LDB, resultou no sucateamento da universidade brasileira, o que se verificou, sobretudo, no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), quando o ensino superior sofreu sérios impactos em virtude da redução de verbas, bem como pela ausência de políticas públicas efetivas de assistência estudantil. Essa realidade também se deu no governo do presidente Lula, e, recentemente, vem ocorrendo no governo de Dilma Roussef.

Conforme revelam os estudos recentes, a maioria dos trabalhadores brasileiros vê-se obrigada a buscar na universidade privada a formação mínima que assegure seu ingresso ao mercado de trabalho, o que torna o ensino superior público, gratuito e de qualidade um privilégio reservado a uma minoria da população.

Diante desta conjuntura, o acesso ao ensino superior torna-se cada vez mais competitivo, desafio que se multiplica quando se trata de pessoas com deficiência. Mais que a disponibilidade de vagas, estas pessoas necessitam de políticas públicas que venham oferecer recursos necessários, visando a oportunizar um melhor desempenho das atividades acadêmicas, do que trataremos a seguir.

### 2.3 A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

Até o início da década de 1990, o acesso ao ensino superior por parte das pessoas com deficiência era mínimo e, como não havia legislação que regulamentasse esse atendimento, os poucos alunos com deficiência que chegavam à universidade o faziam por iniciativa e esforços próprios, uma vez que as universidades, sejam públicas ou privadas, no geral eram omissas quanto a esta problemática.

No Brasil, a partir de 1990, emergem as primeiras garantias legais específicas por parte do Ministério da Educação e do Desporto (MEC), por meio da antiga Secretaria de Educação Especial (SEESP), atual Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência (SNPD), que vieram assegurar o acesso de tais pessoas ao ensino superior, por meio da Portaria nº 1.793/94, que reforça sua integração em cursos de graduação.

Com a implementação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (lei nº 9.394/96), ocorre a ampliação do percentual de matrículas de pessoas com deficiência no ensino superior. No entanto, como afirma Miranda (2007), as formas de acesso não eram adequadas, visto que só obtinham sucesso nos processos seletivos os candidatos com necessidades educacionais especiais que não exigiam adaptações significativas para a realização das provas. Tal fato ocorria em virtude da inexistência de uma legislação específica que determinasse a remoção das barreiras arquitetônicas, atitudinais e de aprendizagem nas universidades brasileiras.

Com propósito de modificar este panorama, o MEC enviou aos reitores das Instituições de Ensino Superior (IES) o Aviso Circular nº 227 MEC/GM, sugerindo providências para que as mesmas adequem suas estruturas, criando condições de acesso e permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino superior, bem como propondo adequações na operacionalização do vestibular, a fim de atender as especificidades de cada candidato.

Esta recomendação vem sendo fortalecida no decorrer dos anos, com o surgimento de dispositivos legais que asseguram o direito a inclusão educacional das pessoas com deficiência, dentre os quais convém destacar a Portaria 3.284 de 07/11/2003, o Decreto Presidencial 5.296 de 02/12/2004 (Lei de Acessibilidade) e, mais recentemente, o Decreto 6.571 de 17/09/2008, o qual dispõe sobre o atendimento educacional especializado das pessoas com deficiência. O artigo 3º deste Decreto determina que “Os núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de alunos com deficiência” (BRASIL, 2008). Nesse sentido, constata-se, atualmente, a preocupação de tornar acessíveis um número cada vez maior de universidades brasileiras, fato que se comprova pelo crescente número de núcleos de atendimento a alunos com necessidades especiais recém criados, visando garantir a cidadania destes educandos, conforme apontado no 6º Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial (CONGRESSO..., 2011).

De acordo com Castanho e Freitas (2010), a função social da Universidade se constitui em produzir conhecimentos de tal forma que venha capacitar o indivíduo, bem como promover a cidadania e incentivar e oportunizar uma educação para todos. Dessa forma, a educação inclusiva representa um desafio para o ensino superior ao considerar que há necessidade de implementação de políticas públicas que venham garantir a inclusão, atendendo às necessidades educacionais específicas de cada estudante.



Nessa perspectiva, Muller e Glat (1999 apud CASTANHO; FREITAS, 2005) “revelam que a educação inclusiva só será efetivada se o sistema educacional for renovado, modernizado, abrangendo ações pedagógicas, porque a inclusão é desafiadora e os docentes na Universidade devem fazer parte dessa mudança”.

Assim sendo, mais que oferecer qualidade na realização das provas de vestibular, será considerada acessível às pessoas com deficiência aquela universidade que disponibilize mecanismos que propiciem sua inclusão, permanência e conclusão do curso. Miranda (2007) denuncia que não há um modelo político e pedagógico consolidado a ser seguido pelas IES, o que vem comprometendo a aprendizagem do aluno com necessidades especiais, posto que há uma escassez de materiais adequados e de profissionais preparados para trabalhar com a diversidade dos discentes, o que demanda um suporte acadêmico, financeiro e tecnológico por parte do MEC, para que as instituições do ensino superior, de fato, efetivem o que está posto nas leis.

Tal fato está evidenciado nos dados coletados na presente pesquisa, os quais apresentaremos posteriormente. Todavia, antes de tratarmos dos procedimentos de seleção, coleta e análise dos dados, descreveremos o programa de tutoria, experiência pioneira implemetada na UEPB com objetivo de oferecer assistência pedagógica visando à qualidade no desempenho acadêmico dos estudantes com deficiência.

## 2.4 PROGRAMA DE TUTORIA ESPECIAL DA UEPB

Consideramos importante concluir nosso referencial teórico acerca da inclusão das pessoas com deficiência, fazendo menção ao Programa de Tutoria Especial, oriundo de uma experiência de extensão desenvolvida pelo Departamento de Serviço Social iniciada no ano de 2001. O referido Programa, posteriormente assumido e ampliado pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEAC), passou a ser denominado “A UEPB em Busca da Educação Inclusiva”. E, em julho de 2006, foi transformado no Programa de Tutoria Especial.

Tal Programa consiste na seleção de um aluno da instituição para desempenhar a função de tutor, o qual passa a ter por obrigações cumprir 12 horas semanais, para a realização de atividades como leitura e gravação de textos, auxílio nas pesquisas, bem como apoio nos estudos. É importante destacar que, visando assegurar a autonomia do aluno com

deficiência na realização das atividades acadêmicas, o Programa exige que seja vedado ao tutor substituir o tutorando na execução das mesmas.

De acordo com Ramalho e Sousa (2009), a metodologia utilizada pelo tutor no acompanhamento pedagógico do aluno com necessidades educacionais especiais, vem se dando através de diversas ações construídas a partir das demandas apresentadas no cotidiano. Em relação aos estudantes com deficiência visual, a principal limitação é a escassez da bibliografia necessária para atender às leituras exigidas no decorrer do curso. Daí a necessidade de buscar novos mecanismos acessíveis, razão que justifica a criação do Programa Tutoria Especial, implementado com as seguintes finalidades:

- a) Oferecer assistência pedagógica ao aluno com deficiência, devidamente matriculado nos diferentes cursos da instituição;
- b) Proporcionar ao tutor experiências que contribuam no seu processo de formação;
- c) Capacitar e sensibilizar discentes e docentes da UEPB na perspectiva da educação inclusiva;
- d) Buscar esforços para a remoção das barreiras arquitetônicas que limitam a inserção das pessoas com deficiência;
- e) Adquirir materiais e equipamentos que facilitem o processo de ensino-aprendizagem dos alunos que necessitam de recursos especiais.

Até o final do ano 2011, período de conclusão da presente pesquisa, o Programa vem demonstrando resultados positivos, uma vez que os alunos atendidos pelo mesmo, tem apresentado um desempenho satisfatório nas atividades acadêmicas, concluindo com sucesso seu curso.

Estamos cientes de que há muito o que avançar para que este Programa venha, de fato, suprir as necessidades de seu público alvo. Contudo, acreditamos que o mesmo é, atualmente, indispensável, uma vez que na UEPB é uma das poucas iniciativas voltadas a inclusão das pessoas com deficiência.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo, de caráter científico, teve por base a pesquisa exploratória, pois conforme Gil (1995, p.44) esse modelo de pesquisa “têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, com vistas na formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”. O qual foi guiado pela abordagem qualitativa, abordagem esta que conduziu nossa análise acerca do objeto da nossa pesquisa o qual trata da vivência acadêmica de estudantes cegos matriculados na UEPB, *locus* da presente pesquisa.

A referida universidade é atualmente composta por oito *Câmpus* localizados em diferentes regiões do Estado. Todavia, restringimos nossa investigação ao *Câmpus* I (Campina Grande) em virtude da concentração dos sujeitos da nossa pesquisa, os quais foram os estudantes cegos matriculados nos diversos cursos desta instituição.

Há registros de um pequeno número de alunos surdos e/ou com deficiências físicas e motoras em alguns cursos da universidade. Contudo, delimitamos nosso olhar aos estudantes com deficiência visual, em primeiro lugar, por constituírem a maioria no quantitativo de alunos com deficiência, e também por sermos parte integrante deste grupo, composto por 10 membros que representam o universo da pesquisa. Como amostra, entrevistamos 40% deste universo, totalizando 4 estudantes distribuídos nos cursos de História, Filosofia, Pedagogia e Comunicação Social.

Como critérios para a seleção da amostra, optamos por entrevistar:

- a) Alunos com deficiência visual que necessitassem de apoio especializado em função de sua deficiência;
- b) Entrevista com apenas um único aluno por curso;
- c) Que o entrevistado tenha cursado no mínimo um semestre letivo

Os dados foram obtidos por meio de entrevista semi-estruturada, pois, de acordo com Triviños (1992, p. 146), “a entrevista semi-estruturada, ao mesmo tempo em que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação”. Inicialmente, estabelecemos contanto com os(as) entrevistados(as), informando-os(as) quanto à temática e procedimentos para a realização das entrevistas, as quais ocorreram em locais determinados pelos depoentes, sendo gravadas com o consentimento dos(das) mesmos(as).

Os dados coletados foram analisados à luz da abordagem qualitativa que, de acordo com Richardson (2008, p. 80),

podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.

Na realização da pesquisa, cumprimos o que preconiza a Resolução nº 196/96 (do comitê de ética na pesquisa), na qual estão contidas as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. A referida resolução garante o sigilo, a integridade e o esclarecimento dos resultados aos participantes.

### 3,1 DADOS EM ANÁLISE

Nesta seção apresentaremos os resultados colhidos no que diz respeito às práticas inclusivas oferecidas aos alunos com deficiência visual matriculados nos diferentes cursos da Universidade Estadual da Paraíba, procurando fazer uma ponte entre o aparato legal que assegura os direitos dessas pessoas à educação superior e a fala das mesmas.

Nesse sentido, convém ressaltar que o Decreto nº. 5.296/2004, determina normas gerais para o oferecimento da acessibilidade às pessoas com deficiência, assegurando ainda, no seu artigo 24, que todos os estabelecimentos de qualquer nível de ensino, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus compartimentos.

Entretanto nas falas dos entrevistados observamos uma insatisfação com relação a remoção das barreiras arquitetônicas. Neste sentido, quando lhes foi perguntado, como você avalia os espaços físicos da instituição em que estuda, os entrevistados expressaram:

*Sujeito 1: É ruim porque primeiramente, as pessoas que freqüentam não tem educação na hora de estacionar carros e motos, estacionando assim... nas rampas. O prédio é todo cheio de escadarias, cheio de placas nos corredores, e tudo fora do lugar.*

*Sujeito 2: A acessibilidade é muito ruim. Eu dependo dos colegas e pessoas do grupo de apoio para chegar até a minha sala.*

Sujeito 3: *É ruim. Eu acho que deveria ter uma melhor arquitetura, um melhor espaço, mais acessível à nossa deficiência. Tem batentes, não tem corrimão, não tem rampas e não tem nada pra gente. Dentro ainda dá pra se locomover, mas fora não tem como.*

Sujeito 4: *É péssimo. Muitos degraus. As universidades só são feitas pensando nas pessoas que enchem. Então se diz que é um número pequeno de deficientes para investir. Mas tem que haver uma sensibilização por parte dos governantes sobre essa questão e não só ficar no papel.*

Com base nos supracitados depoimentos, é possível observar que existe uma conjugação de fatores que dificultam o acesso das pessoas com deficiência à universidade, os quais vão desde a insensibilidade dos que estacionam em vagas reservadas a estas pessoas, até a falta de preparo técnico com relação à acessibilidade e empenho dos administradores em todas as instâncias da instituição de ensino, além da real vontade política para a resolução dessa questão.

A nosso ver, a ausência de espaços físicos acessíveis gera situações de dependência, desmotivação, dentre outras barreiras que, por vezes, podem resultar no abandono do curso por parte dos alunos com deficiência. Nessa perspectiva, Loureiro (apud LIMA, 2010) afirma que “há instituições de ensino superior despreparadas em relação às remoções das barreiras arquitetônicas, para melhor receber o aluno com deficiência e que tal providência só ocorre com a indicação dos mesmos ao mostrar como sua rotina nos campos pode ser facilitada”.

Fica, portanto, explicitado que a presença de um aluno com deficiência na universidade é determinante para o surgimento de políticas de acessibilidade, garantindo, assim, a participação autônoma e efetiva destes alunos em seu processo de formação profissional.

Quanto aos métodos e mecanismos de avaliação escolar, os entrevistados assim se posicionam:

Sujeito 1: *Isso é relativo porque tem uns[professores] que são mais flexíveis na hora de avaliar e outros que agem como se eu não tivesse nenhum tipo de deficiência.*

Sujeito 2: *Dentro da minha realidade a avaliação é normal, porque sei que vou enfrentar desafio todos os dias. Isso pra mim foi um desafio. Tá de igual para igual com os demais alunos. A única diferença é que as minhas provas são orais com os professores, mas eu tenho que ler os textos, assim como os demais lêem, fichar como os demais ficham. Então, isso pra mim foi um desafio, mas que valeu a pena.*

Sujeito 3: *A avaliação tem sido uma certa concordância entre os professores e eu. Então tem sido satisfatório pra mim.*

Sujeito 4: *Eu detesto avaliações, eu defendo uma avaliação continuada, um grupo de estudo.*

Diante do exposto, constata-se a relevância de discutir os processos de avaliação da aprendizagem escolar das pessoas com deficiência, considerando que tais processos serão mais exitosos na medida em que houver diálogo entre professores e alunos visando descobrir caminhos viáveis para a constatação de seu desempenho acadêmico.

Dá-se preferência a processos de avaliação que sirvam de retroalimentação do processo de ensino-aprendizagem, isto é, que informem se o aluno está conseguindo progredir em sua aprendizagem, quais metas tem atingido, quais não, enfim, qual a variabilidade positiva e as adversidades em seu aprender (BEYER, 2010, p. 31).

Tal afirmação deve ser considerada em procesos de avaliação que envolvam pessoas com deficiência, uma vez que os resultados “insatisfatórios” por vezes obtidos por algumas pessoas, deve-se à não observância de suas reais necessidades. Nessa ótica, há que se superar a concepção de deficiência como adversidade ou incapacidade, a fim de que se possa evitar a adoção de práticas extremas, as quais ora super-protegem, ora desconsideram a existência de métodos acessíveis às pessoas com deficiência. Ambas as posturas são perigosas e delas decorrem experiências de fracasso escolar que geram a evasão destes estudantes, seja na educação básica seja no ensino superior.

Estamos cientes dos desafios vivenciados por alunos com deficiência, os quais resultam em obstáculos que geram prejuízos durante sua passagem pela universidade. Neste sentido, indagamos acerca de suas principais angústias desde o ingresso ao curso, obtendo como respostas:

Sujeito 1: *Para mim, é a despreparação dos professores.*

Sujeito 2: *É em relação a alguns professores, que estão só apenas dando aula para cumprir o horário, mas os assuntos são muito pequenos. Acredito que quando estudamos com professores que cobram mais da gente, a gente apreende mais.*

Sujeito 3: *Acho que é a despreparação dos professores. Se tivesse uma capacitação para os professores, professores qualificados, mais atentos para lidar com as nossas necessidades, considerando que tem professores que ignoram a gente na sala, começam a dar uma aula*

*mostrando esse, aquele, é assim, assado. Aí a gente que não tá enxergando fica sem entender.*

*Sujeito 4: Deveria ter uma melhor assistência para o deficiente em relação à pesquisa, porque acho o acesso muito restrito.*

Como vimos, as maiores angústias dos entrevistados incidem no despreparo dos professores para atender suas necessidades no dia a dia da sala de aula. Tal discussão emerge na legislação que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica (Resolução CNE/CP nº. 1/2002). De acordo com esta legislação (BRASIL, 2002), as instituições de ensino superior devem prever, em sua organização curricular, formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades especiais. Com o avanço nas políticas de inclusão e com o crescente número de alunos com deficiência no ensino superior, acreditamos que tais disposições devem ir além das escolas de ensino básico, tendo em vista que, à medida que também no ensino superior se conheçam as especificidades dos estudantes com deficiência, as possibilidades de sucesso serão certamente maiores.

Diante da política de educação inclusiva, que é uma realidade na educação brasileira, questionamos como os entrevistados avaliam a educação inclusiva oferecida pela instituição em que estudam

*Sujeito 1: É regular, porque a UEPB é a universidade que mais pensa na questão de incluir os alunos com deficiência visual. Nós temos a salinha de educação especial, com computadores e impressora Braille e também temos o Programa de Tutoria Especial, que não tem em nenhuma outra Universidade.*

*Sujeito 2: É boa. A universidade disponibilizou o Programa de Tutoria Especial, que vem facilitando muito nossa aprendizagem. Então, o Programa veio como um marco pra nós deficientes, que vai continuar e que tem que continuar.*

*Sujeito 3: É boa. Mas, apesar do avanço com a criação do Programa de Tutoria, a universidade ainda deixa muito a desejar.*

*Sujeito 4: É regular, porque sempre tem uma pessoa sensível às nossas necessidades. Poderia ser melhor, mas os deputados, os senadores e os governantes gostam de realizar obras que estejam mais visíveis à sociedade, pois eles estão pensando na próxima eleição e não no povo.*

Acreditamos que tal avaliação deve-se à conquista do Programa de Tutoria Especial na UEPB que, como já foi mencionado, representa um marco na vivência inclusiva dos alunos, uma vez que proporciona meios para atender suas especificidades, removendo algumas barreiras que constituem obstáculos à sua aprendizagem. Desta forma, a educação inclusiva não significa apenas a disponibilidade de vagas, mas também um sistema que tem por objetivo atender às reais necessidades dos alunos com deficiência que passam por uma série de dificuldades na aprendizagem, ocasionadas pela falta de materiais específicos, bem como o despreparo do professor para atender a diversidade do alunado (DENARDI, 2010). Nesse sentido, por maiores que possam parecer o empenho, a força de vontade e a dedicação dos estudantes com deficiência, estes somente alcançarão o êxito esperado quando tais barreiras forem removidas, assegurando-lhes condições para o acesso, permanência e oportunidades igualitárias de participação nas diversas atividades acadêmicas.

Reconhecendo a importância do ensino superior, tanto em vista do crescimento individual como visando a inserção de cada pessoa, tenha ou não deficiência, no mercado de trabalho, perguntamos:

Quais suas maiores conquistas após o ingresso na universidade?

*Sujeito 1: É conseguir tirar de letra as dificuldades e seguir em frente.*

*Sujeito 2: É o bom relacionamento com os professores e colegas. A universidade para mim é uma família.*

*Sujeito 3: Passar nos componentes sem ir para final em nenhum.*

*Sujeito 4: Foi ter passado por média sem nunca ir para uma final.*

Conquistas como estas são indicativas dos inúmeros obstáculos já superados pela pessoa com deficiência em vista de sua cidadania, e é certamente a convivência com tais pessoas que provoca a sociedade a uma ruptura com atitudes preconceituosas e discriminatórias, em favor da vivência de valores mais humanos e solidários

A inclusão é uma luta de todos e nossa sociedade fica melhor quando convive com pessoas que nos ensinam o exercício da cidadania e sobre ser um cidadão com direitos. Podemos, certamente, constatar a mudança social operada por esse conjunto de pessoas com deficiência, mas é importante salientar que o caminho deve continuar a ser percorrido (GADELHA; CRESPO; RIBEIRO, 2011, p. 43).



Neste percurso, o Brasil já assiste a muitos e significativos avanços, dispondo de uma das melhores legislações mundiais acerca da inclusão das pessoas com deficiência. Contudo, de nada adianta mudar as leis se não muda as mentalidades.

Para finalizar perguntamos: Quais suas sugestões para que a universidade proporcione melhores condições de desempenho do aluno com deficiência nos cursos

*Sujeito 1: Sugiro mais equipamentos tecnológicos, computadores, um prédio acessível e, acredito que, para existir realmente uma inclusão não depende somente da universidade ou dos professores, mas sim, das pessoas que compõem a universidade como um todo, alunos, funcionários, pessoas que frequentam, para que a pessoa se sinta incluída naquele meio.*

*Sujeito 2: Minha sugestão seria fazer um levantamento do deficiente na universidade, reuni-lo e sentir a necessidade de cada um que irá expor e, a partir daí, procurar mudanças que visasse a melhorar o rendimento.*

*Sujeito 3: Que exista uma sensibilidade por parte do professor, porque a gente não quer uma super-proteção, nós queremos que, a partir das nossas necessidades, sejam criados mecanismos que facilitem nosso aprendizado. Então, o que a gente quer de verdade é uma inclusão e não um empurrão.*

*Sujeito 4: A inclusão digital através de livros em áudios e um sistema de informática falado como o dosvox em todos os campos, o braille e a biblioteca.*

Os depoimentos coletados evidenciam a importância da universidade em vista da inclusão social das pessoas com deficiência. Nessa perspectiva, sobre a universidade brasileira pesa o desafio de desenvolver políticas de inclusão que venham atender às necessidades de todos, particularmente dos grupos minoritários

Por outro lado, esse peso só será mais forte se, no seu interior, ela procure vencer obstáculos e corrigir distorções, nas perspectivas da construção de política de formação de pessoal, da realização de estudos e pesquisas e da extensão da experiência acumulada que efetivamente responda aos interesses da população à qual se dirige, ou seja, à pessoa deficiente (BUENO, 2002, p. 114).

Diante do exposto, resta a necessidade de nos debruçarmos sobre os desafios que não de ser superados, em primeiro lugar por parte das próprias pessoas com deficiência, as quais devem ter consciência de que são protagonistas de sua história. Estas devem reunir esforços no sentido de firmar parcerias, seja com órgãos governamentais, seja com entidades da sociedade civil, buscando fomentar iniciativas que estimulem a construção de uma sociedade inclusiva, no que, a nosso ver, a universidade tem papel fundamental.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os resultados obtidos nos levam a constatar que a UEPB não encontra-se plenamente preparada para acolher os alunos com deficiência visual, visto que, no geral, o corpo docente não possui a qualificação necessária para atender às necessidades educacionais destes alunos, os quais enfrentam uma série de dificuldades no processo ensino-aprendizagem, uma vez que não são viabilizadas as condições que propiciem a conclusão de seu curso. Nesse sentido, os espaços físicos dos centros universitários encontram-se, até certo ponto, inacessíveis às pessoas com deficiência. É comum nos depararmos com pisos quebrados, escadas e/ou quadros de avisos espalhados nos corredores. Os materiais adaptados, em áudio ou em Braille, com o propósito de facilitar o processo ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência visual são limitados, equipamentos como computadores com leitores de tela e impressora Braille estão disponíveis em apenas uma unidade da referida instituição.

Por outro lado foi possível constatar que a universidade vem repensando suas práticas inclusivas, em decorrência da legislação que assegura às pessoas com deficiência o direito da educação especial como complementar a educação regular. Com esse fim, a UEPB implementou o Programa de Tutoria Especial, experiência pioneira no sistema universitário brasileiro, o qual vem oferecendo às pessoas cegas um suporte necessário à realização de suas atividades acadêmicas.

Nessa perspectiva, esperamos que os dados coletados na presente pesquisa ofereça uma possibilidade a mais que colabore para a sensibilização de professores, funcionários e demais integrantes desta instituição, motivando-os a desencadear ações transformadoras, que gerem mudança de mentalidade e de atitude, promovendo a igualdade de oportunidades a todos os que ingressam no ensino superior.

Diante do exposto no presente estudo, cabe-nos refletir acerca de alguns desafios postos às pessoas com deficiência, a universidade e a sociedade em geral. Quanto às pessoas com deficiência, o desafio consiste em que tomem consciência de que devem ser elas os primeiros agentes de luta visando ao cumprimento dos seus direitos, passando, com isso, a cobrar dos órgãos responsáveis, a viabilização das medidas necessárias ao seu ingresso, permanência e conclusão do curso.

Em face da nova política de inclusão, à universidade cabe rever suas práticas, redimensionar seu currículo e implementar políticas de gestão que estimulem o fortalecimento de práticas inclusivas.

Resta-nos, por fim, convocar a sociedade em geral a comprometer-se com o princípio do respeito à diversidade, superando atitudes vitimistas e discriminatórias que, em pleno século XXI, associam pessoas com deficiência a indivíduos doentes ou dependentes e dignos da caridade. É somente da ruptura de tais concepções que dependerá a conquista do tão sonhado princípio da educação para todos.

## REFERÊNCIAS

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 4. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2003.

BRASIL. Decreto n. 19.851, de 11 de abril de 1931. Institui o Estatuto das Universidades Brasileiras que dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil e adota o regime universitário. **Diário Oficial da União**, Brasília, seção 1, 15 abr. 1931.

BRASIL. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 dez. 1961.

BRASIL. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 out. 1989.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política nacional de educação especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 fev. 2002.

BUENO, José Geraldo Silveira. **A educação especial nas universidades brasileiras**. Brasília: MEC/Seesp, 2002.

CARDOSO, Marilene da Silva. Aspectos históricos da educação especial: da exclusão à inclusão. In: STOBAUS, Claus Dieter; MOSQUERA, Juam José Morino. **Uma longa caminhada: Educação Especial, em direção à educação inclusiva**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

CASIMIRO, Vitor. **A humanidade como ela é**. Disponível em: <<http://www.educacional.com.br/entrevistas/entrevista0073.asp>> Acesso em: 22 jul. 2011.

CASTANHO, Denise Molon; FREITAS, Soraia Napoleão. Inclusão e prática docente no ensino superior. **Cadernos**, n. 27, 2005.

CONGRESSO BRASILEIRO MULTIDISCIPLINAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DISCUTE INCLUSÃO, 6., 2011, Londrina. **Anais...** Recife, 2011.

DENARDI, Christiane. **A arte e a educação inclusiva: construindo caminhos**. Disponível em: <[http://www.editoraopet.com.br/data/documents/storedDocuments/%7BF82908F9-0C99-4669-A7D2-91881B007714%7D/%7B8960921C-5B52-4336-9A83-97338121A1C7%7D/artigo\\_christiane\\_2805.pdf](http://www.editoraopet.com.br/data/documents/storedDocuments/%7BF82908F9-0C99-4669-A7D2-91881B007714%7D/%7B8960921C-5B52-4336-9A83-97338121A1C7%7D/artigo_christiane_2805.pdf)>. Acesso em: 22 nov. 2010.

DOTA, Fernanda Piovesan; ALVES, Denise Maria. Educação especial no Brasil: uma análise histórica. **Revista Científica Eletrônica de Psicologia**, ano 5, n. 8, maio. 2007.

FARIAS, Adenize Queiroz de. **Gênero e deficiência: vulnerabilidade feminina, ruptura e superação**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2011.

FRANCO, Alexandre de Paula. Ensino superior no Brasil: cenários, avanços e contradições. **Jornal de Políticas Educacionais**, n° 4, p. 53-63, jul./dez. 2008.

GADELHA, Crismere; CRESPO, Lia; RIBEIRO, Suzana. Memórias de luta: Protagonistas do AIPD. In: BRASIL. Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Memorial da Inclusão: 30 anos do AIPD: ano internacional das Pessoas Deficientes 1981-2011**. São Paulo, 2011.

LIMA, Maria Christina Bittencourt. **A Revista Ensino Superior e suas reportagens sobre a inclusão escolar do aluno com deficiência no ensino superior no Brasil**. Disponível em: <[http://www.conexaeventos.com.br/detalhe\\_artigo.asp?id=31](http://www.conexaeventos.com.br/detalhe_artigo.asp?id=31)> Acesso em: 22 out. 2011.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

MIRANDA, Therezinha Guimarães. A inclusão de pessoas com deficiência na universidade. In: JESUS, D. M. et al. (Orgs.). **Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa**. Porto Alegre: Mediação, 2007.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. ONU, 2006.

RAMALHO, Maria Noalda; SOUZA, Cleônia Maria Mendes de. O Programa de Tutoria Especial da Universidade Estadual da Paraíba. In: CARNEIRO, Maria Aparecida Barbosa; SOUZA, Maria Lindaci Gomes; FRANÇA, Inácia Sátiro Xavier de. **Extensão universitária: espaço de inclusão, formação e sociabilização do conhecimento**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2009.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3º ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 70-89.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Como chamar as pessoas que têm deficiência? **Revista da Sociedade Brasileira de Ostomizados**, ano I, n. 1, 1º sem. 2003.

SILVA, Sandra Santiago Alves da. **A história da exclusão da pessoa com deficiência: aspectos sócio-econômicos, religiosos e educacionais**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011

SOARES, Maria Alice Bicudo. A educação inclusiva e os obstáculos a serem transpostos. **Jornal dos Professores**, Ano 38, n. 343, fev. 2003.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo**. São Paulo: Atlas, 1992.